

Esforço concentrado analisa aumento de álcool na gasolina



Entre as propostas que podem ser analisadas hoje em Plenário, tem prioridade a medida provisória que também aumentou a porcentagem de biodiesel no diesel

A pauta de votações do esforço concentrado inclui também o projeto que prevê a aposentadoria especial para os servidores públicos com deficiência, benefício já assegurado aos

contribuintes do INSS. Além das votações em Plenário, estão previstas reuniões da Comissão Mista de Orçamento, das CPIs que investigam a Petrobras e da CPI do Metrô, que tenta hoje, mais uma vez, eleger presidente e vice. **3**

Na última semana de esforço concentrado, em agosto, o Senado conseguiu votar 16 proposições em apenas dois dias

Audiência discute trabalho em conselhos 2

Senado faz doação de livros em braile 2

Orçamento pode ter recursos remanejados

A Comissão de Orçamento deve analisar hoje dois projetos que remanejam R\$ 25,8 milhões para ações e obras públicas. As

propostas cancelam iniciativas incluídas no Orçamento de 2014 e transferem os recursos a atividades não previstas inicialmente. **3**

especial
Cidadania

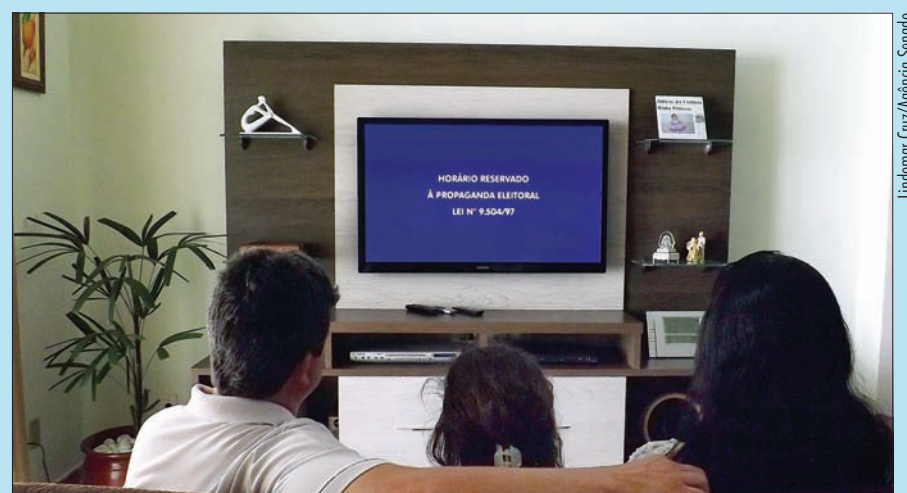
Campanhas devem ser acessíveis

Entre as novidades nas regras impostas pela Justiça Eleitoral para as campanhas deste ano,

está o uso da língua brasileira de sinais (Libras) e de legendas na propaganda eleitoral. **4**



Nesta edição, encarte do informativo da Procuradoria da Mulher



Este ano, os partidos estão obrigados a pôr legendas nos programas eleitorais gratuitos na TV

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL

Audiência trata do regime de trabalho nos conselhos

Representantes sindicais de trabalhadores em conselhos profissionais reivindicam na Justiça que a contratação de pessoal desses órgãos siga o regime estatutário, baseado em dispositivo constitucional

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove amanhã, às 9h, audiência pública interativa para debater a transposição do regime celetista para o estatutário dos trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional. Os interessados poderão participar da audiência pública por meio do Portal e-Cidadania ou ligando gratuitamente para o Alô Senado (0800 612211).

A transposição do regime celetista para o estatutário é reivindicada na Justiça por muitos conselhos profissionais. Os representantes alegam que a atividade de fiscalização do exercício profissional é estatal, nos termos dos artigos 5º, 21 e 22 da Constituição, e que essas entidades têm natureza jurídica de autarquia, devendo observância aos artigos 37 a 40 da Carta Magna no que tange ao regime a ser aplicado na contratação dos servidores.

Em março de 2014, a Justiça Federal de Brasília concedeu antecipação de tutela em ação civil pública ajuizada pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A reunião será interativa, com participação presencial e por telefone ou internet

Profissional (Fenasea) para determinar ao Conselho Federal de Nutrição a adequação de resolução interna para que a contratação de pessoal observasse o regime estatutário.

Para a audiência pública, foram convidados o secretário da Juventude da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, Douglas de Almeida Cunha, e a presidente da Fenasea, Inês Granada Pedro.

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ ÀS 9h

- | | |
|--|---|
| ▶ Portal e-Cidadania:
www.senado.leg.br/ecidadania | ▶ Alô Senado:
www.senado.leg.br/alosenado |
| ▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHregimeEC | ▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHregimeAS |
| ▶ Facebook: eCidadaniaSF | ▶ Facebook: alosenado |
| ▶ Twitter: @e_cidadania | ▶ Twitter: @AloSenado |
| ▶ TV: www.senado.leg.br/TV | ▶ Alô Senado: 0800 612211 |
| ▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos | |

Internet precisa chegar a lugares mais isolados do Brasil, diz Anibal



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) apresentou ontem relato da participação dele no debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga, na sexta-feira, em Salvador. O evento foi promovido

pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O senador disse que os usuários fizeram muitas críticas aos serviços de internet. Anibal pediu mais diálogo ao governo e mais empenho às empresas envolvidas para que seja possível avançar na qualidade da internet. Para ele, o debate permitiu a conclusão de que é preciso alterar a concentração no Sul e no Sudeste, fazer a internet chegar aos pontos mais isolados do país e aumentar a velocidade a preço mais acessível.

Fleury pede apoio do governo para armazenagem de grãos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fleury (DEM-GO) reclamou ontem, em Plenário, da falta de silos para armazenagem de grãos. Segundo ele, a expectativa é de que haja recorde na produção de grãos, mas não

haverá galpões para armazenar a safra. — Depois de colhido [o grão], nós temos que colocar os grãos no chão e, se chover ou se vier sol, vamos perder, depois de tudo produzido — disse, salientando que os produtores só precisariam do governo para armazenar os grãos. Fleury também cobrou do governo federal apoio ao setor sucroalcooleiro, que, segundo ele, não tem contado com nenhum incentivo para continuar produzindo.

Senado doa obras em braile na Bienal do Livro

O Senado entregou, durante a Bienal do Livro de São Paulo, na semana passada, publicações em braile para a Laramara, associação que presta assistência a pessoas com deficiência visual. A diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, lembrou que é uma tradição a parceria da Casa com instituições do tipo.

— O Senado já participa tradicionalmente da feira e,

a partir dessa oportunidade, oferece suas publicações em braile às instituições que atendem pessoas com deficiência visual.

Entre os títulos doados, estão o livro *O Senado Federal*, cópias do Estatuto do Idoso e da Lei Maria da Penha e a cartilha *Eu Sen'Adoro um Passeio*. A Câmara também fez doação de obras com letras ampliadas e em braile.

CORREÇÃO

Na edição de ontem, constava erradamente na seção "Agenda" (página 2) que o Congresso faria ontem uma sessão solene em comemoração aos 26 anos do Dia Nacional de Combate ao Câncer. Na verdade, a sessão está programada para 3 de novembro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Pauta trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 14/2014, da MP 647/2014, que aumenta a adição de biodiesel no óleo diesel.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
14h45 Encontro com Ricardo Lewandowski, presidente do STF; às 15h, sessão da Câmara em homenagem póstuma aos ex-deputados Eduardo Campos e Pedro Valadares; às 16h, ordem do dia; às 19h, posse de João Otávio de Noronha como corregedor-geral da Justiça Eleitoral e Maria Thereza de Assis Moura como ministra do TSE.
- CAE Fundações**
10h Comissão examina regra para o pagamento previdenciário pelas fundações.
- CPI DA PETROBRAS Requerimentos**
10h15 Análise de pedido ao TCU das auditorias sobre a compra da refinaria de Pasadena.
- CCJ Polícia Rodoviária Federal**
10h30 Em pauta, entre outras propostas, a que reestrutura carreiras da PRF.
- CE Entidades estudantis**
11h Entre os temas em análise, projeto que fomenta a criação de entidades estudantis.

- MEDIDA PROVISÓRIA Finanças**
11h Audiência pública na comissão mista da Medida Provisória (MP) 651/2014, que reforça o mercado financeiro e de capitais. Para o debate, foram convidados, entre outros, representantes do movimento Brasil+Competitivo e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única).
- CDH Vítimas de violência**
11h30 Projeto que assegura a mulheres vítimas de violência o recebimento de benefício financeiro.
- CPI DO METRÔ Instalação**
14h Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Metrô. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.
- CPMI DA PETROBRAS Imóveis**
14h30 Análise de requerimentos. Entre eles, o que pede averiguação sobre a situação de imóveis da presidente da Petrobras.
- CMO Orçamento 2015**
14h30 Relatório final do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 3/2014, que apresenta as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretor:** Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mistura de etanol na gasolina tem prioridade no esforço concentrado

Semana de votações terá decisões em Plenário e reuniões de comissões permanentes, das CPIs e da Comissão Mista de Orçamento

NO ESFORÇO CONCENTRADO do Senado, o Plenário terá sessão deliberativa hoje, a partir das 14h. Com prioridade de votação, o primeiro item da pauta é o Projeto de Lei de Conversão 14/2014. O texto aumentou os percentuais de biodiesel e etanol misturados, respectivamente, ao óleo diesel e à gasolina.

Ainda na pauta do Plenário, está o projeto (PLS 250/2005 — Complementar) que prevê a aposentadoria especial para os servidores públicos com deficiência, benefício já assegurado aos contribuintes do INSS.

Três reuniões de CPIs estão programadas para esta semana: hoje, a CPI do Senado

que investiga denúncias de corrupção na Petrobras reúne-se a partir das 10h15. À tarde, a CPI Mista da Petrobras se reúne, a partir das 14h30, para deliberar sobre uma pauta com 392 requerimentos. Entre eles, o que pede averiguação nos cartórios do estado do Rio de Janeiro sobre a situação de imóveis da presidente da Petrobras, Graça Foster, e do ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró. A CPI do Metrô faz nova tentativa de definir os nomes do presidente e vice-presidente da comissão.

Também hoje a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai analisar, entre outros itens,



Índice de álcool na gasolina passa de 25% para 27,5%, segundo medida provisória

o PLC 72/2014, que cria 969 funções gratificadas no Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Também estão previstas reuniões deliberativas das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educa-

ção (CE), de Direitos Humanos (CDH) e de Orçamento (CMO).

O principal item na CMO é o relatório final do PLN 3/2014, que fixa diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015.

Projetos remanejam R\$ 25,8 milhões para ministérios e outros órgãos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) volta a se reunir hoje, quando deve analisar o remanejamento de R\$ 25,8 milhões em créditos adicionais para ações e obras públicas (veja quadro ao lado).

O PLN 10/2014 remaneja R\$ 15,8 milhões para reforçar diversas iniciativas de ministérios e órgãos públicos. A proposta cancela projetos e ações que constam do Orçamento de 2014 e destina os recursos para outras atividades que não foram incluídas no planejamento inicial.

A proposta, cujo relator é o deputado federal Jaime Martins (PSD-MG), recebeu apenas uma emenda. Nela, o também deputado federal André Zacharow (PMDB-PR) solicita que R\$ 300 mil sejam destinados à construção de sistema de abastecimento de água em três assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Marilena (PR).

A CMO também recebeu, no início da semana passada, o PLN 12/2014, que remaneja R\$ 10 milhões no orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O objetivo é viabilizar as obras de adequação do contorno rodoviário de Curitiba, na BR-376.

De acordo com o governo federal, autor da proposta, a obra vai ampliar a capacidade de tráfego desse trecho rodoviário, reduzindo a quantidade de acidentes e os constantes congestionamentos, além de proporcionar maior segurança e rapidez aos usuários.

O governo federal informa

também que a obra integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e será viabilizada com recursos do cancelamento parcial de dotação orçamentária para construção de trecho na BR-158, também no Paraná.

“Vale salientar que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, segundo o qual a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício”, justifica o Executivo.

Após ser votado na Comissão de Orçamento, o PLN 12/2014 será examinado pelo Plenário do Congresso.

Créditos adicionais

Previstos pela Constituição e definidos na Lei 4.320/1964, os créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) são um instrumento usado pelo governo para alterar o Orçamento vigente e atender as necessidades dos órgãos da administração pública.

Os créditos suplementares são destinados ao reforço de dotação orçamentária que já consta no Orçamento. Os especiais são destinados a despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica. Ambos tramitam na forma de PLNs.

Já os créditos extraordinários, que tramitam como medidas provisórias, são destinados a despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Verbas

PLN 10/2014	
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ▶ para fomento ao setor agropecuário em Paty do Alferes (RJ) R\$ 400 mil
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ▶ para infraestrutura de educação básica em Rio das Ostras (RJ) R\$ 913 mil
	Fundo Nacional de Segurança Pública ▶ para o Programa Segurança Pública com Cidadania na Paraíba R\$ 386 mil
	Fundo Nacional de Saúde (FNS) ▶ para investimento em saneamento básico em Bujari (AC) R\$ 150 mil
	▶ para aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em municípios dos estados de SP, RJ, RS, BA, MG e PA R\$ 5 mi
	Ministério da Cultura ▶ para promoção e fomento à cultura nas cidades do Rio de Janeiro e de Brasília R\$ 2 mi
	Fundação Cultural Palmares ▶ para promoção e fomento à cultura em quatro municípios do estado do Rio de Janeiro R\$ 1,5 mi
	Fundação Nacional de Artes ▶ para promoção e fomento à cultura no estado da Paraíba R\$ 200 mil
	Ministério do Desenvolvimento Agrário ▶ para aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao município de Novo Itacolomi (PR) R\$ 100 mil
	Ministério do Turismo ▶ para promoção do turismo no mercado nacional para municípios de CE, MG e RJ R\$ 1,6 mi
	▶ para apoio a projetos de infraestrutura turística em municípios de TO, SE, MG e RO R\$ 1,5 mi
	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ▶ para o programa Segurança Alimentar e Nutricional em Santo André (SP) R\$ 150 mil
	Ministério das Cidades ▶ para desenvolvimento urbano em Porto Calvo (AL) R\$ 493 mil
	Ministério da Pesca e Aquicultura ▶ para desenvolvimento da infraestrutura pesqueira e aquícola do município de Piaçabuçu (AL) R\$ 250 mil
	Secretaria de Direitos Humanos ▶ para publicidade de utilidade pública em Cachoeiras de Macacu (RJ) R\$ 100 mil
	Secretaria da Micro e Pequena Empresa ▶ para promoção do desenvolvimento de micros e pequenas empresas em Armação dos Búzios (RJ) R\$ 900 mil
PLN 12/2014	
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) ▶ para obras de adequação do contorno rodoviário de Curitiba, na BR-376 R\$ 10 mi



Figueiró: eleitor não pode decidir só com base em propaganda

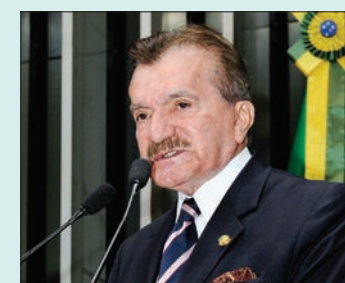
Ruben Figueiró (PSDB-MS) advertiu ontem, em Plenário, que o cidadão deve buscar mais informação, evitando decidir em quem votar com base apenas na propaganda eleitoral. Para ele, o programa eleitoral gratuito é uma das principais fontes de informação para o eleitor, mas, da forma como estão sendo feitos, deixam dúvida: alguns candidatos, disse Figueiró, mostram um Brasil cinematográfico, com índices positivos que esca-moteiam problemas, enquanto outros apresentam um Brasil cinza, com índices negativos na economia e na área social. Dessa forma, o eleitor não sabe quem está dizendo a verdade, afirmou.

— No frígir dos ovos, para muitos eleitores ainda está instalada a dúvida, mesmo que estejamos a pouco mais de um mês da eleição.

Odacir defende unificação das polícias civil e militar

Preocupado com o aumento da violência, Odacir Soares (PP-RO) defendeu a proposta de emenda à Constituição que unifica as polícias civil e militar no Brasil (PEC 102/2011). O texto, de Blairo Maggi (PR-MT), dá aos estados o poder de decidir sobre a unificação das polícias civil e militar. Para Odacir, pode tornar mais humana e efetiva a ação policial.

O senador acredita que a unificação das polícias pode mudar o quadro assustador anunciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) segundo o qual, das 30 cidades mais violentas no mundo, 11 estão no Brasil. Maceió está na quinta posição entre as cidades brasileiras que têm o maior número de homicídios para cada 100 mil habitantes. Fortaleza está na sétima posição e João Pessoa, na nona.



Entre as novidades desta eleição, estão a obrigatoriedade da língua de sinais nos debates da TV, a proibição do telemarketing e dos nomes ligados a órgãos públicos

Candidatos têm novas regras para a campanha eleitoral

Marília Coêlho

DESDE 6 DE julho, os candidatos começaram as campanhas para as eleições de 2014. Devem seguir regras antigas e outras decididas neste ano pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre as novas regras, estão a proibição de campanha por telemarketing, a vedação de apelidos relacionados a órgãos ou autarquias públicas e a obrigatoriedade da língua brasileira de sinais (Libras) ou legenda não só na propaganda gratuita, mas também nos debates da televisão. As novidades podem ser encontradas na Resolução 23.404/2014 do TSE.

A vedação de propaganda via telemarketing em qual-

quer horário se baseou no direito constitucional à privacidade e à casa como asilo inviolável. O uso de apelido como “Paulo do INSS” também ficou proibido por vincular o nome do candidato a órgãos públicos.

A campanha eleitoral deve ser mais acessível este ano às pessoas com deficiência: a presença de um intérprete de Libras ou o uso da legenda em debates e na propaganda eleitoral gratuita na televisão são obrigatórios. A regra, no entanto, já não foi respeitada no primeiro debate entre candidatos à presidência da República, promovido e transmitido pela Rede Bandeirantes em 26 de agosto. O descumprimento sujeita a empresa à suspensão

da programação por 24 horas, com a transmissão, a cada 15 minutos, de informação de que está fora do ar por desobediência à legislação. Os que descumprem as regras podem ter de pagar multas de até R\$ 30 mil e incorrer em crime eleitoral.

Segundo o ministro do TSE Henrique Neves, os cidadãos e os próprios candidatos e partidos ajudam na tarefa de fiscalizar e denunciar o desrespeito à legislação eleitoral.

— A Justiça Eleitoral conta basicamente com a participação do cidadão e com os próprios participantes do processo eleitoral. Os candidatos e os partidos se autofiscalizam e denunciam irregularidades — disse.

Nas ruas, propaganda está liberada até as 22h da véspera da eleição

Material gráfico, caminhada, carro de som ou passeata só estão permitidos até as 22h do dia anterior à eleição.

Candidatos podem entregar santinhos, colocar cavaletes, cartazes, bonecos e mesas de distribuição nas vias públicas, desde que não atrapalhem o tráfego. Os materiais são permitidos em bens particulares, de forma gratuita, desde que não excedam a 4 metros quadrados. O material gráfico não pode ser fixado em outdoors ou bens de uso comum, como postes, semáforos e paradas de ônibus. Quem desrespeita

deve remover em até 48 horas, sob pena de multa de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

Comícios são permitidos entre as 8h e a meia-noite. O som deve estar a pelo menos 200 metros das sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de estabelecimentos militares, hospitais, escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros.

Showmícios continuam proibidos, assim como distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou bens que deem vantagens ao eleitor.

Na internet, serviços de mensagens instantâneas podem ser utilizados

Desde 5 de julho, candidatos podem fazer campanha em sites pessoais ou do partido ou coligação, com endereço eletrônico informado à Justiça Eleitoral e hospedado em provedor no país. Blogs, redes sociais e serviços de mensagens instantâneas são permitidos.

É proibida a propaganda eleitoral paga na internet ou em sites de empresas, oficiais

ou hospedados por órgãos públicos. Senadores em campanha, por exemplo, tiveram que tirar a página pessoal do Portal do Senado.

Não são permitidos o anonimato e o uso de cadastro eletrônico de clientes de empresas. Quem enviar mensagem eletrônica deve oferecer descadastramento em até 48 horas, sob pena de multa de R\$ 100 por mensagem.

Em jornais e revistas, valor do anúncio pago deve aparecer na publicação

A propaganda eleitoral na imprensa pode ir até a antevéspera do pleito e pode ser paga. Os jornais podem trazer até dez anúncios de propaganda, em datas diversas, para cada candidato. O espaço máximo, por edição, deve ser de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de

página de revista ou tabloide. O valor pago pela inserção deve aparecer no anúncio.

O jornal também pode divulgar opinião favorável a candidato, partido ou coligação, desde que não seja matéria paga. A reprodução virtual pode ser feita apenas no site do próprio jornal.

Em rádio e TV, campanha ocupa 30 minutos além do horário eleitoral

A propaganda eleitoral em rádio e TV deve ser apenas gratuita, no horário eleitoral, que dura 50 minutos, ou ao longo da programação. As inserções podem ser de até 60 segundos, dentro de 30 minutos diários. A propaganda eleitoral gratuita começou em 19 de agosto e vai até 2 de outubro.

número de representantes na Câmara. Para coligação, é considerada a soma.

No rádio, o horário eleitoral gratuito é transmitido entre as 7h e as 7h50 e entre as 12h e as 12h50. Na TV, a propaganda é entre as 13h e as 13h50 e entre as 20h30 e as 21h20. A ordem, decidida por sorteio do TSE e dos TREs, vai se renovando: o último a se apresentar é deslocado para o primeiro lugar.


Os debates do primeiro turno devem incluir candidatos de partido com representação na Câmara e podem se estender até as 7h de 3 de outubro. No segundo turno, não poderá ultrapassar a meia-noite de 24 de outubro.



A distribuição de santinhos é permitida até as 22h do dia anterior à votação

Marcelo Comargo/ABr

Tempo na TV*

MARINA SILVA Coligação Unidos pelo Brasil (PHS/ PRP/ PPS/ PPL/ PSB/ PSL)	 2min 3s
MAURO IASI Partido Comunista Brasileiro (PCB)	 45s
ZÉ MARIA Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	 45s
AÉCIO NEVES Coligação Muda Brasil (PSDB/ PMN/ SD/ DEM/ PEN/ PTN/ PTB/ PTC/ PtdoB)	 4min 35s
DILMA ROUSSEFF Coligação Com a Força do Povo (PT/ PMDB/ PSD/ PP/ PR/ PROS/ PDT/ PCdoB/ PRB)	 11min 24s
LEVY FIDELIX Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	 47s
EYMAEL Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	 45s
RUI COSTA PIMENTA Partido da Causa Operária (PCO)	 45s
PASTOR EVERALDO Partido Social Cristão (PSC)	 1min 10s
EDUARDO JORGE Partido Verde (PV)	 1min 4s
LUCIANA GENRO Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	 51s

*Ordem por sorteio do TSE

Saiba mais

Site do TSE com mais informações:
<http://bit.ly/RegrasTSE>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Horários na propaganda eleitoral gratuita

SEGUNDAS QUARTAS SEXTAS	TERÇAS QUINTAS SÁBADOS
Governador 7h 7h05 7h10 7h15 7h20	Presidente 13h 13h05 13h10 13h15 13h20
Deputado estadual e distrital 7h25 7h30 7h35	Deputado federal 13h25 13h30 13h35
Senador 7h40 7h45	Senador 13h40 13h45
Governador 12h 12h05 12h10 12h15 12h20	Presidente 20h30 20h35 20h40 20h45
Deputado estadual e distrital 12h25 12h30 12h35	Deputado federal 20h50 20h55 21h
Senador 12h40 12h45	Senador 21h05 21h10 21h15